

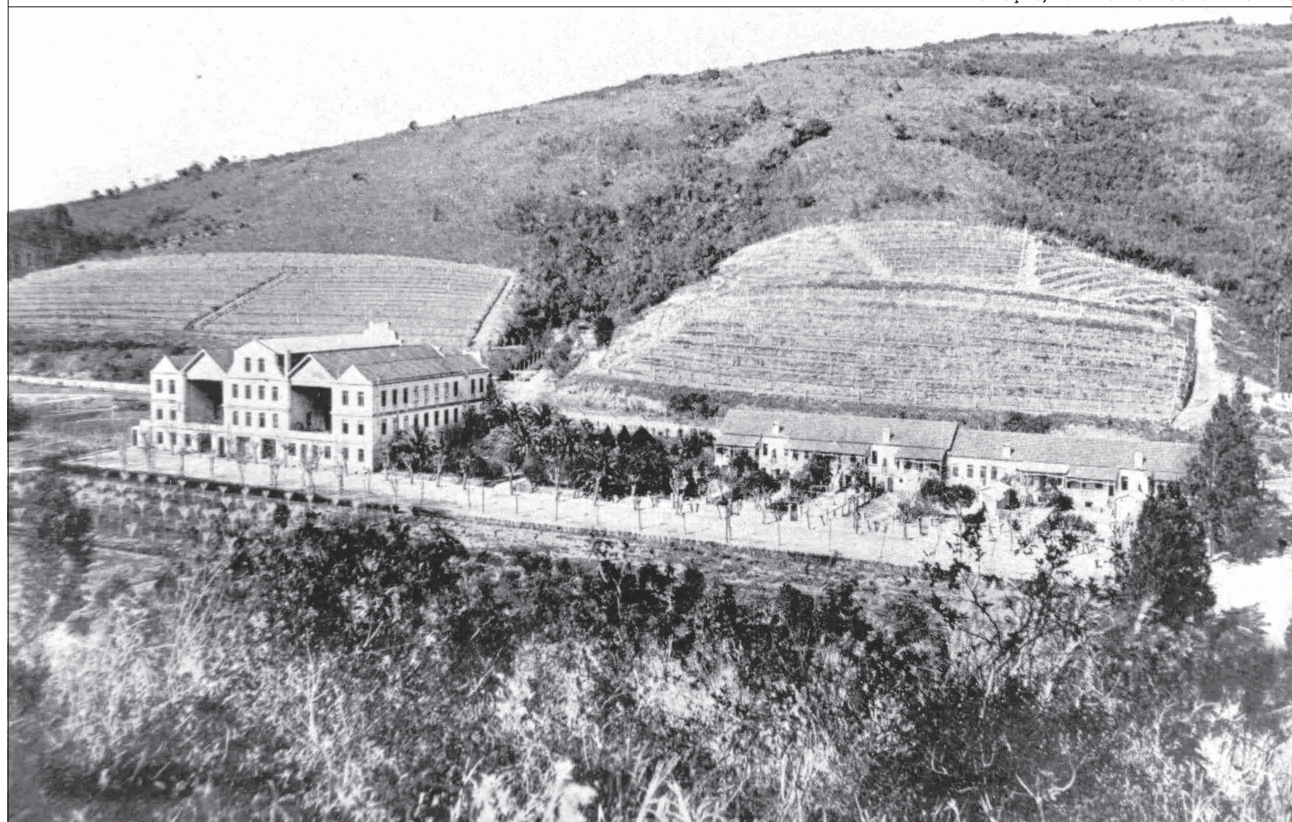
Cartas

Sou leitora assídua do *Jornal da Universidade*, desde o tempo em que ele começou a circular. Para quem acompanha de perto, é nítido que ele mudou para melhor: mais arejado e com novas seções (Vitrine dos periódicos, Pergunte ao professor e Resenhas) e também com reportagens ligadas à atualidade, sem esquecer de mostrar o que é produzido dentro da universidade. Tenho uma sugestão: gostaria de ler, na página de opinião, artigos dos reitores que já dirigiram a UFRGS.

Iara da Silva Ramos
Porto Alegre

e-mail: jornal@ufrgs.br

Memória da UFRGS



▶ 1929 Vista geral do prédio principal e dos anexos do Instituto Borges de Medeiros, construído em 1911, na então tranqüila Avenida Bento Gonçalves. Hoje, a edificação, que está incluída no projeto de preservação dos prédios históricos, abriga a Faculdade de Agronomia da UFRGS.

REPRODUÇÃO/ACERVO DO MUSEU DA UFRGS

UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO GRANDE DO SUL
Av. Paulo Gama, 110
Bairro Farroupilha, Porto Alegre - RS
CEP 90046-900
Fone: (51) 3316-7000
www.ufrgs.br

Reitor

José Carlos Ferraz Hennemann

Vice-reitor

Pedro Cezar Dutra Fonseca

Chefe de Gabinete

João Roberto Braga de Mello

Secretária de Comunicação Social
Sandra de Deus

JORNAL DA UNIVERSIDADE

Publicação da Secretaria
de Comunicação Social da UFRGS
Fone/fax: (51) 3316-3368
www.jornal.ufrgs.br

Conselho Editorial

Alfredo Carlos Storck,

César Antonio Leal, Dirce Maria

Antunes Suertegaray, Edson Luiz

Lindner, Helen Beatriz Frota

Rozados, Luis Augusto Fischer,

Márcia Benetti Machado,

Maria Henriqueta Luce Kruse

REDAÇÃO

Editora-chefe

Ânia Chala

Secretária de redação

Sandra Salgado

Repórteres desta edição

Ademar Vargas de Freitas, Ânia

Chala, Jacira Cabral da Silveira e

Luiz Ricardo Linch (bolsista)

Projeto gráfico e diagramação

Juliano Bruni Pereira

Fotografia

Flávio Dutra, Lúcia Simon

e Ricardo de Andrade

Revisão

Ademar Vargas de Freitas

e Ânia Chala

Colaboraram nesta edição

Caroline da Silva e Marcelo Spalding

Circulação

Arthur Bloise

Fotolitos e impressão

Gazeta do Sul S.A.

Tiragem

12 mil exemplares

Espaço da Reitoria

Inovando na Graduação

O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Cepe) aprovou em setembro a regulamentação do Programa Especial de Graduação (Peg), que tem por objetivo normatizar a oferta de cursos de graduação não permanentes no âmbito da Universidade. Esta iniciativa, originada na Pró-reitoria de Graduação, e com a decisiva ação e apoio da Câmara de Graduação, estabelece requisitos a serem atendidos por propostas experimentais ou inovadoras neste nível de ensino. O dispositivo contempla diversas ações, já em andamento ou em proposição, apresentadas em nosso Plano de Gestão.

O curso de Biologia Marinha, iniciado no mês de agosto com a

Uergs, estabelece uma parceria inédita entre uma universidade federal e uma estadual, oferecendo à comunidade de nosso litoral norte curso integrado à vocação regional.

Os cinco pólos (Três Cachoeiras, Gravataí, Alvorada, São Leopoldo e Sapiranga) que participam do curso de educação a distância de Pedagogia, voltado à formação de professores em atividade nestas regiões e oferecido pela Faculdade de Educação, correspondem a outra forte ação da Universidade na qualificação do ensino fundamental.

O curso de graduação em Administração, na modalidade a distância, a iniciar-se neste mês em dez pólos no estado, no âmbito da Univer-

sidade Aberta do Brasil (UAB), com financiamento do Banco do Brasil e vagas disponibilizadas à demanda social, estenderá a 500 novos estudantes o ensino qualificado da Escola de Administração.

Soma-se a estas ações já em andamento o projeto Pró-licenciatura, a ser iniciado em março de 2007, disponibilizando nove cursos de licenciatura desenvolvidos por dez universidades gaúchas conveniadas, públicas e comunitárias, num oferecimento total de 2.700 vagas. Menciona-se também o curso de graduação em Licenciatura em Música, oferecido em conjunto com seis outras universidades do país, com 840 vagas, e organizado no âmbito da Universidade pela Secretaria de Educação a Distância (Sead).

As ações acima mencionadas de-

monstram de maneira clara importantes inovações no ensino de graduação. Outras iniciativas, como a regulamentação de estudos complementares na graduação, a dupla diplomação com universidades estrangeiras, bem como o forte incremento na mobilidade estudantil, contribuem para sua contínua qualificação.

Assim, a UFRGS, que tem se destacado no sistema universitário de nosso país pela qualidade e abrangência de sua pós-graduação e por sua reconhecida produção científica, vem estabelecendo sólidas bases para a inovação nas demais atividades da Universidade, como bem expressam os avanços na graduação.

José Carlos Ferraz Hennemann
Reitor

Artigo

Um falso problema

A cada campanha eleitoral, a mídia volta ao mesmo tema: o eleitor não se lembra em quem votou nas eleições anteriores. Jornalistas saem às ruas perguntando ao desavisado cidadão em quem ele votou e, voltam para suas empresas com o troféu: uma série de entrevistas que provam que eleitor brasileiro não tem memória, por isto não pode fiscalizar seus representantes. E as conseqüências são as sabidas: corrupção, malversação da coisa pública etc. Culpa de quem? Deste pobre cidadão que, além de batalhar dia-a-dia contra o desemprego, os baixos salários, a violência das ruas, as escolas públicas de baixa qualidade para seus filhos, o elitismo do ensino superior, é ainda o culpado por tudo isto, pois não lembra em quem votou, não reclamou, não fiscalizou.

Afinal qual é a importância de lembrar em quem se votou? Qual é a importância de cobrar de seu deputado? A importância é zero. Porque este é um falso problema. A maioria dos eleitores não tem este "seu deputado", pois votou em um candidato que não se elegeu. Nas atuais eleições há 289 candidatos a deputado federal e os quase 8 milhões de eleitores gaúchos devem eleger 31. Fazendo-se uma projeção muito exagerada de que cada candidato necessite de 120 mil votos para se eleger serão necessários 3.720.000 votos, daí que mais da metade dos eleitores não terão deputados federais. Se os estaduais precisarem da metade, 60 mil, sendo 500 candidatos para 55 postos, serão necessários 3.300.000 votos.

Portanto, temos um problema a resolver: como ficam aqueles que não têm deputado? Ficariam dispensados de fiscalizar?

Mesmo que resolvêssemos este problema imaginando um sistema de adoção em que o eleitor que não tivesse eleito seu deputado adotaria um para fiscalizar, a questão continua beirando o absurdo. Este eleitor, para fiscalizar individualmente "seu candidato", deveria conhecer o complexo regimento do Poder Legislativo. Se ele realmente conhecesse o regimento da Câmara dos Deputados, faria a vida dos fotógrafos da política um pouco mais complicada, pois não poderiam repetir mensalmente nas capas dos jornais uma foto do plenário vazio, simplesmente porque isso não quer dizer absolutamente nada.

Nosso cidadão teria de entender o funcionamento das comissões permanentes e especiais, do Conselho de Ética e das CPIs. Em cada uma delas deveria também saber a função dos presidentes e relatores. Ele teria ainda de acompanhar a tramitação dos projetos de seu deputado nas diversas comissões, passando pela de Constituição e Justiça e chegando à que se ocuparia do tema específico do projeto. Além disso, precisaria controlar como o "seu deputado" vota nos projetos de seus colegas, qual seu poder dentro do partido e qual o poder do partido dentro do Legislativo. Mesmo fazendo tudo isto, estaria muito longe de fiscalizar seu deputado, pois ainda teria de fiscalizar todo o material de origem do Executivo, projetos de lei, medidas provisórias, propostas de emendas constitucionais. Faltaria ainda controlar as emendas do seu deputado e, por fim, os funcionários do gabinete.

Que bom para o nosso eleitor que ele esqueceu o nome de seu candidato, ou porque



não o elegeu, ou porque é um deputado completamente sem importância no Congresso Nacional ou na Assembléia Legislativa (e muitos o são) e por isto não tem espaço na mídia, desaparecendo nos corredores do parlamento.

A solução, portanto, para que haja uma relação mais responsável entre eleitos e eleitores, não passa por mantras simplistas, que só servem para colocar o cidadão brasileiro em um papel de irresponsável o que definitivamente ele não é.

O que o Brasil necessita, como toda a democracia moderna, são instâncias de fiscalização, institucionalizadas ou não, que fiscalizem tanto os temas de interesse geral quanto os de interesse específico de grupos organizados da sociedade. Necessitamos de canais abertos para a fiscalização das políticas públicas e de intervenção do cidadão na sua

própria feita. Grupos voluntários, conselhos, fóruns, ONGs, devem fiscalizar, buscar informações, cobrar, intervir...

Não se trata de imaginar uma sociedade militante, vivendo a política as 24 horas do dia, mas de uma cidadania organizada, exigindo o direito de exercer seus direitos e lutando por novos direitos. Isto já vem sendo feito por muitos movimentos organizados no Brasil, responsáveis por vitórias importantes e por trazerem para a agenda política temas impensáveis até poucos anos atrás.

Com o aprimoramento das instâncias coletivas de fiscalização, teremos uma democracia mais responsável e nosso pobre cidadão não precisará responder a cada eleição se lembra ou não em quem votou.

Céli Regina Jardim Pinto
Cientista política, diretora do IFCH-UFRGS